

Recebido na CACDLG  
por e-mail a 24-06-2023

Registo I.COM1XV/2023/97  
em 26-06-2023



Rejeitado na reunião da CACDLG  
de 12-07-2023 com os votos contra  
do PS e PCP, a favor do PSD, CH e IL,  
a abstenção do PAN, na ausência do BE e do L

Exmo. Senhor  
Deputado Fernando Negrão  
Presidente da Comissão Parlamentar de  
Assuntos Constitucionais, Direitos,  
Liberdades e Garantias

Palácio de São Bento, 24 de junho de 2023

**Assunto:** Pedido de audição urgente da Senhora Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares e da Alta-Comissária para as Migrações

Exmo. Senhor Presidente,

O Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal tomou conhecimento através da comunicação social de que na listagem das associações de imigrantes reconhecidas pelo Estado português, a Edintsvo - Associação dos Imigrantes dos Países de Leste, liderada pelo casal russo Igor Khashin e Yulia Khashina, continua a ser identificada pelo Alto-Comissariado para as Migrações (ACM) como uma associação “ucraniana”.

Ainda há um ano, a Edintsvo esteve envolvida numa polémica, sobejamente conhecida e sobre a qual decorreram diversas audições no seio desta Comissão, sobre o acolhimento de refugiados ucranianos em Setúbal, após denúncia de que ao serem recebidos por Igor Khashin e Yulia Khashina eram questionados com perguntas do foro pessoal, incluindo a localização de cônjuges e outros familiares que permaneciam na Ucrânia e também pela exigência de cópias dos documentos de identificação. Estava em causa a possível divulgação das informações pessoais à Rússia pela forte ligação do casal russo à embaixada russa e ao Kremlin.



Um ano depois, e apesar das denúncias da altura, a decisão do ACM foi manter a Edintsvo como uma associação de ucranianos, com a justificação dos documentos estarem em ordem com a legislação portuguesa e de que tanto a organização como Igor e Yulia Khashin não constam da listagem de pessoas singulares e coletivas previstas no regulamento n.º 269/2014 da União Europeia, que impõe medidas restritivas no que diz respeito a ações que comprometam ou ameacem a integridade territorial, a soberania e a independência da Ucrânia.

Esta justificação é implausível, já que a listagem constante do regulamento é composta por personalidades e entidades identificadas há mais de 10 anos, após a invasão da Crimeia, e apenas por 21 indivíduos, todos altos quadros militares, políticos ou administrativos da Rússia, pelo que a ausência desta listagem não constitui, por si só, uma evidência de ausência de ligações ao Kremlin.

Se analisarmos o percurso de Igor Khashin, é relevante notar que chegou a ser secretário executivo do Conselho dos Compatriotas Russos e dirigente europeu deste organismo, que obrigava a reconhecer a Crimeia como território russo. Foi também diretor da Casa Russa, em Lisboa, que depende do conselheiro cultural da Embaixada da Rússia e que está diretamente ligada a organizações pró-Putin, criadas pelo Kremlin e classificadas pelo Parlamento Europeu como um instrumento de propaganda e informação do Governo russo.

De acordo com a Embaixada da Ucrânia, existem indícios de ligações pró-russas por parte de algumas das associações que fazem parte da lista de representantes da comunidade ucraniana junto do ACM e, no caso da Edintsvo, indícios e denúncias dessa ligação pró-russa.

Tal significa que existe o risco de o Estado Português estar a colocar em perigo a vida e os dados pessoais dos refugiados ucranianos acolhidos por Portugal e também das suas famílias que ficaram em solo ucraniano a lutar contra a invasão russa, ao estar a caucionar associações que poderão não representar fielmente os interesses legítimos dos cidadãos ucranianos e que, mais grave ainda, poderão estar ligadas ao regime de Putin.



A manutenção da classificação da Edintsvo implica, também, que irá manter-se parte do colégio eleitoral para eleger os representantes ucranianos no Conselho para as Migrações, onde têm assento as várias comunidades imigrantes presentes em Portugal, e cujas eleições deverão ocorrer em março de 2024.

Ao incorporar determinada associação no seio do ACM, um organismo pertencente à administração indireta do Estado, o Governo português confere-lhe legitimidade, induzindo em quem a procura uma sensação de segurança que poderá revelar-se enganadora.

É dever do Estado e das suas autoridades salvaguardar os direitos fundamentais dos cidadãos que requerem asilo junto de Portugal. Como tal, é fundamental perceber quais foram as diligências efetuadas pelo ACM após as denúncias do ano passado relativas à Edintsvo, que garantias foram obtidas quanto à idoneidade do casal Khashin e ausência de ligações ao Kremlin, e quais as diligências agora efetuadas que permitiram garantir a integridade e confiança na Edintsvo e que levaram à sua manutenção na listagem das associações de imigrantes que prestam apoio a ucranianos, reconhecidas pelo Estado português como tal.

Neste sentido, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal vem requerer a V. Exa. que providencie a audição, **com caráter de urgência**, da Senhora Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares e da Alta-Comissária para as Migrações.

### **Os Deputados da Iniciativa Liberal:**

Patrícia Gilvaz

Rodrigo Saraiva

Bernardo Blanco



Carla Castro

Carlos Guimarães Pinto

Joana Cordeiro

João Cotrim de Figueiredo

Rui Rocha